

REVISÃO CRÍTICA DO PROJETO URBANÍSTICO PARA A CIDADE DE BELO HORIZONTE

Julia S. C. Paiva ^{a,*}

^a Escritório Piloto da USP, São Paulo, SP, Brasil

*julia.s.c.paiva@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma descrição crítica do plano da cidade de Belo Horizonte, desenvolvido por Aarão Reis em 1895. Primeiramente, será descrito o contexto histórico no qual este projeto foi realizado: um novo estado republicano, a decadência da exploração mineira e a necessidade de construir uma nova capital moderna para o Estado de Minas Gerais. Foi escolhida para abrigar a nova capital Curral del Rei, uma zona rural com recursos naturais propícios a construção dessa cidade planejada, mas que também se adequava às conjecturas políticas do estado. Na sequência, este trabalho descreverá o rígido plano que seguia regras geométricas e princípios positivistas. A cidade foi dividida em 27 triângulos agrupados em três zonas: rural, suburbana e urbana, dentre as quais foi delimitado uma área específica para cada atividade econômica. Por fim, será feito um paralelo entre este plano e os princípios do urbanismo haussmaniano, do urbanismo barroco e das cidades-jardins. Essa descrição teórica culmina em uma crítica do autor a respeito dos resultados territoriais deste plano, que culminou em segregação urbana e aumento das desigualdades econômicas e sociais. Dessa forma, esse artigo visa contribuir para a leitura crítica do campo do urbanismo, a partir da análise de um projeto pioneiro.

Palavras-chave: Belo Horizonte, urbanismo pós colonial, layout geométrico, cidades-jardim, segregação urbana.

1 INTRODUÇÃO

Belo Horizonte é a primeira cidade do Brasil a ser construída de acordo com um plano, sendo precursora de Brasília, a atual capital do país. O processo que deu origem a Belo Horizonte coincide com o recentemente proclamado regime republicano, no final do século XIX.

Esta cidade foi construída para ser a nova capital do Estado de Minas Gerais, que, como o nome sugere, foi explorado, durante o tempo colonial, por sua abundância em ouro, diamantes e ferro. Durante o século XIX, a atividade mineira em Minas Gerais diminuiu devido ao esgotamento dos minérios, após serem explorados ininterruptamente por mais de sete décadas. Como resultado, a antiga capital do estado, Ouro Preto, entrou em um processo de estagnação. Adicionalmente, suas características naturais de topografia íngreme e os montes circundantes determinaram barreiras físicas e isolamento territorial de Ouro Preto. Por outro lado, as áreas central e sul do estado estavam se tornando mais poderosas econômica e politicamente. Esse cenário complexo, inserido nas mudanças político-administrativas, tornou necessário construir uma nova capital para modernizar e desenvolver o Estado.

Este texto está organizado em quatro partes. Na primeira, serão descritas as razões da localidade escolhida para a nova capital. Na segunda, será feita uma descrição do plano, enfatizando seu caráter geométrico e ideologia positivista. A terceira parte dará uma

explicação dos conceitos internacionais que influenciaram o projeto: urbanismo de Haussmann, urbanismo barroco e cidades-jardim. Por fim, na última parte, será apresentada uma revisão crítica do plano, descrevendo como a ruptura pretendida com o período colonial não modificou a ordem social, mas reforçou-a pela segregação espacial.

2 LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL

Entre os cinco locais analisados para a construção da nova capital, foi escolhida uma fazenda chamada Curral del Rei. Nessa região, era produzido agricultura e pecuária, além de haver rudimentares fábricas de algodão, fundição de ferro e bronze, pedreiras e extração de granito (Cultura, 2009 apud Nagem Frade, 2011-p.35). Havia poucas instalações públicas na área: apenas duas igrejas, com suas respectivas praças públicas.

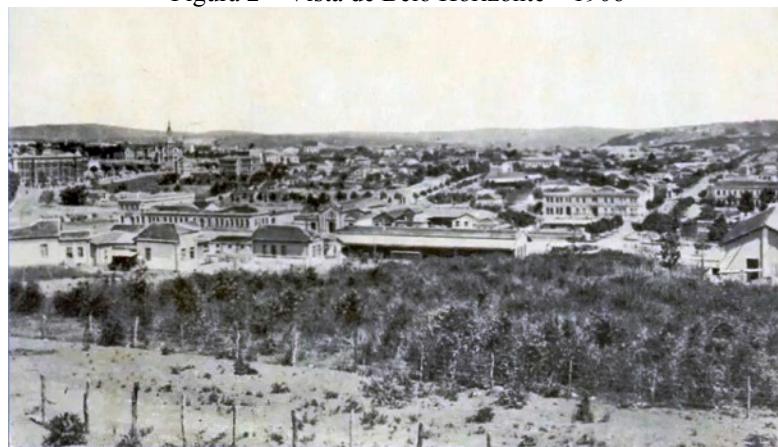
Figura 1 - Curral del Rei antes da construção de Belo Horizonte



Fonte: curraldelrey.com

Em relação às características físicas, Curral del Rey é “geograficamente situado entre a mata e o sertão, reunia qualidades tais como topografia propícia à expansão territorial, fartura de águas de excelente qualidade, solos férteis, rochas em grande escala e outros materiais que poderiam ser utilizados na construção, além da admirável paisagem que conquistava de imediato a todos que ali chegavam, o que corroborou para que, em 1889, sua denominação oficial passasse a ser Belo Horizonte” (Nagem Frade, 2011-pp.49).

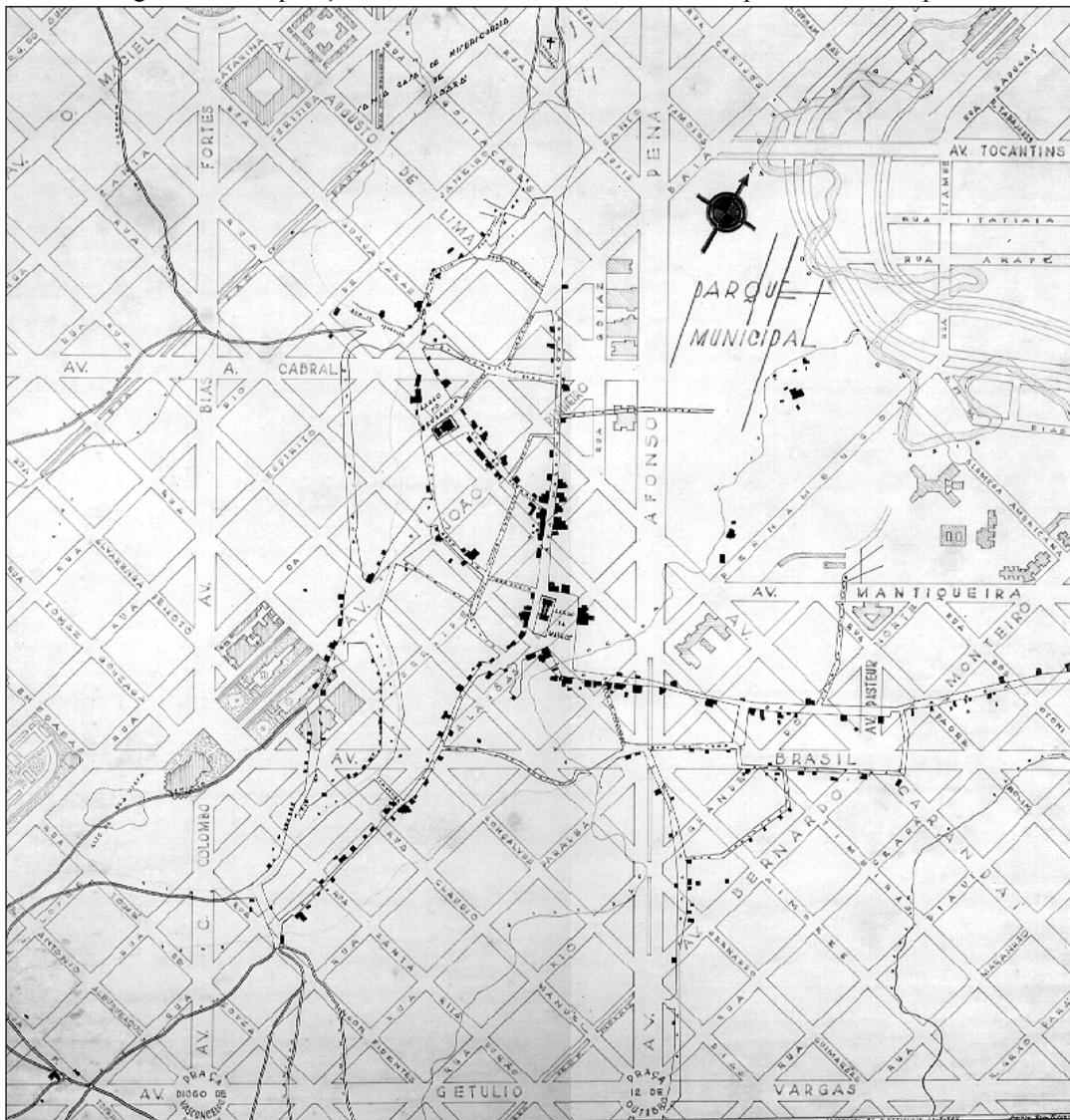
Figura 2 – Vista de Belo Horizonte – 1906



Fonte: curraldelrey.com

No entanto, a decisão por essa localidade teve grande influência política. Curral del Rey, na região central do estado em relação às localidades mais influente, foi escolhido também para neutralizar essas disputas. Além disso, Curral del Rei era localizado na confluência de três rodovias de importância local. “Em suma, o arraial cresceu ao longo dos principais caminhos coloniais e em torno das edificações religiosas, porém nunca se afastando dos elementos naturais integrantes e presentes na vida dos curralenses, que compreendiam não só a importância para o seu cotidiano, mas também para a sua sobrevivência e das gerações futuras.” (Hoyuela Jayo, 2015-pp.11).

Figura 3 – Comparação entre a forma de Curral del Rei e o plano da nova capital



Fonte: Fundação João Pinheiro (1997, p. 22)

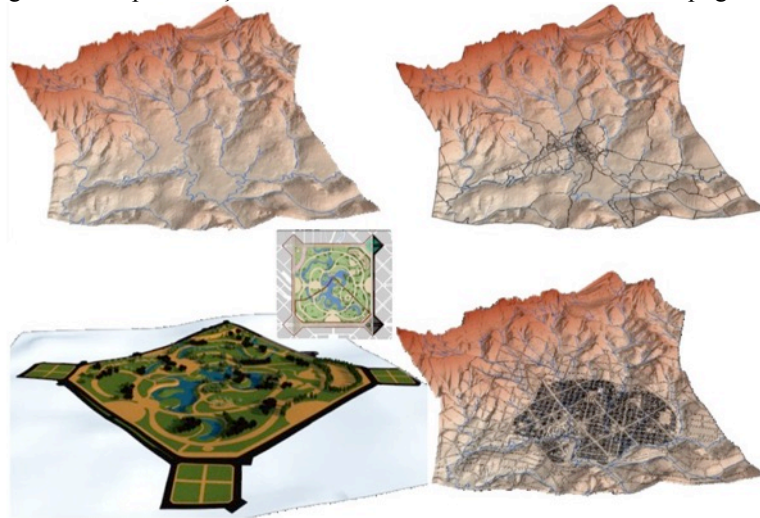
3 O PLANO DE AARÃO REIS

Em 1894, foi criada, por decreto estatal, uma comissão para cuidar da construção de Belo Horizonte, denominada Comissão de Construção da Nova Capital - CCNC. Aarão Reis, nascido no Pará e formado engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi nomeado coordenador de engenharia de 194 técnicos e funcionários. No entanto, com a eleição do novo

governo, ele renunciou, entrando em seu lugar Francisco de Paula Bicalho. Mesmo inacabada, a cidade foi oficialmente inaugurada em dezembro de 1897.

Curral del Rei sofreu uma grande transformação: demolição das antigas casas, desmatamento das florestas e limpeza do terreno, terraplanagem, abertura de vias e construção de novos edifícios. O plano de Belo Horizonte, desenvolvido em 1900 hectares, tinha como objetivo abrigar 30.000 habitantes e previa um crescimento para até 200.000 até o século XXI. Para essa construção, foi necessário primeiramente transformar o terreno irregular em um platô, “(...) como numa acrópole, digna de abrigar os poderes administrativo, político, econômico e cultural da nova capital, primeira cidade planejada da República, inaugurada em 1897.” (Nagem Frade, 2011-pp.50 e 51).

Figura 4 – Representação 3D do Plano de Belo Horizonte e sua topografia



Fonte: Hoyuela Jayo (2015-pp.7)

Aarão Reis foi responsável pelos projetos de todos os edifícios públicos; parque central da cidade; localização de todas as avenidas, principais ruas e praças; terraplanagem da Avenida Afonso Pena e outras avenidas; abastecimento de água; estação meteorológica; desapropriação de todas as casas e terras do acampamento e arredores; projetos e orçamentos de pontes; desenhos da rede de triangulação geodésica e topográfica; o plano geodésico e cadastral do acampamento e arredores; 370 plantas de casas e terras; 3 perfis das avenidas e ruas; planos e perfis das terras exploradas para a captação e canalização dos cursos d'água; projetos de tanques, calhas, barragens e caixas de areia; projeto de parques e túneis; mediação da base geodésica; determinação das altitudes de todos os pontos da cidade; preparação de viveiros de flores e reflorestamento; assinatura de 101 contratos diversos; preparação do plano geral da cidade. Antes de abdicar seu posto, Aarão Reis apresentou, em 1895, o plano geral da cidade.

Aarão Reis descreve o plano como: “É com a maior satisfação que submeto, hoje, à aprovação de V. Exc. A planta geral da futura ‘Minas’, destinada a ser a Capital do Estado. (...) Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do actual arraial, a área urbana de 8.815.382m, dividida em quarteirões de 120 m X 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos rectos, e por algumas avenidas que cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carros e os trabalhos da colocação e reparos das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixe largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro proporcionar à

população. Apenas a uma das avenidas - que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos - dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigada da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da hygiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos thécnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locaes, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas bellezas da cidade.” (Revista geral dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro, H. Lombaerts, Abril/1895 apud Prefeitura do Município de Belo Horizonte. (2014))

Nas ações e planos de Aarão, fica claro seus ideais positivistas, compartilhados com a maioria de sua equipe. Foi aplicada a ideia de que o progresso evolutivo pode ser guiado e previsto se seguir os meios científicos e for aplicado nas condições certas.

3.1 Layout

O layout da cidade é geométrico, com a superposição de dois sistemas: ruas em 90° cortadas por avenidas em 45°. Foram utilizadas “perspectivas e visões panorâmicas dos horizontes”, assim como “os aspectos luminosos das alvoradas e dos poentes” (SALGUERO, 1987-pp.111 apud Prefeitura do Município de Belo Horizonte, 2014). Nos cruzamentos, foram colocadas praças com várias dimensões e formas, nas quais seriam construídos magníficos edificios públicos. Além disso, foram previstos perímetros concêntricos que determinam três zonas: urbana, suburbana e rural.

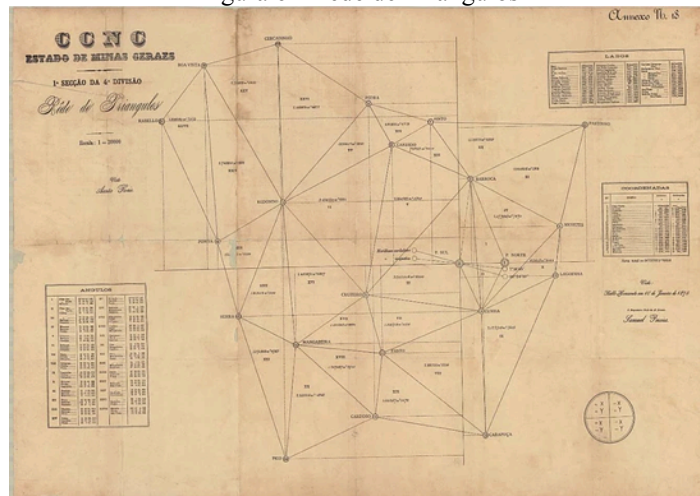
Figura 5 - Plano de Belo Horizonte – 1895



Fonte: APCBH archive CCNC – online access curraldelrei.blogspot.com (2010)

No desenho original, a cidade foi dividida em 27 triângulos, agrupados em zonas. As zonas foram demarcadas como: urbanas, suburbanas e rurais, cada uma com uma função diferente. Segundo a Prefeitura do Município de Belo Horizonte (2014), o zoneamento tem uma função fundamental de controle da cidade, pois fixa os limites da cidade de antemão e classifica e hierarquiza seus territórios. No entanto, possui um efeito colateral de perda da fluidez da cidade.

Figura 6 - Rede de Triângulos



Fonte: Hoyuela Jayo (2015-pp.5)

A herança dos planos em quadrícula remonta aos acampamentos romanos. A base do plano como uma malha e como uma forma urbana durável e atraente é baseada em cinco características principais: ordem e orientação regulatória, no espaço e nos elementos componentes, simplicidade e facilidade do desenho, que garante a velocidade do projeto, e capacidade de adaptação às circunstâncias" (Geddes, 1949 apud Hoyuela Jayo, 2015-pp.13)

Na zona urbana, seria construído o núcleo central da cidade, assim como as principais instituições. A Avenida Afonso Pena foi definida como eixo principal, projetado para articular a cidade. Trata-se de uma linha geométrica que apontava para a Serra do Curral Del Rei com 50 metros de largura. "Todavia, sempre apresentou pouca expressão funcional, desempenhando mais um papel simbólico e estético" (Freitas, w/d-pp.139).

Na área central, diferentemente da periferia, concentravam-se todas as atrações da nova capital, como os espaços coletivos projetados, os edifícios públicos e os serviços urbanos, todos conectados por uma infraestrutura moderna. Como resultado, foi habitado pela antiga elite de Ouro Preto. Além disso, é na zona urbana que o plano da cidade é mais evidente.

Na seqüência, a zona suburbana circunda a zona urbana, como um cinturão, mas com uma área muito maior. Por causa de seu terreno acidentado, o design das ruas foi adaptado à topografia. Como resultado, os blocos têm formas irregulares, com dimensões maiores e ruas estreitas. Finalmente, a zona rural, em torno da zona suburbana, foi destinada a sítios e pequenas plantações. Sua produção agrícola foi planejada para alimentar a nova capital.

Seguindo os princípios positivistas de ordem e progresso, Belo Horizonte se dividiu em setores para determinar todas as atividades necessárias ao funcionamento de uma cidade que se dizia símbolo da modernidade. Além disso, todos os equipamentos coletivos, como escolas, hospitais, estação ferroviária, cemitério, tratamento de água, entre outros, tiveram sua localização previamente determinada por regiões e funções, seguindo também conceitos higienistas. Como resultado, os locais tinham nomes de acordo com suas funções, como Quartel dos Empregados, Avenida Comercial, Centro Cívico, entre outros.

4 INFLUÊNCIA INTERNACIONAL

O projeto de Belo Horizonte foi influenciado por diferentes movimentos internacionais, como o urbanismo haussmanniano, o urbanismo barroco e as cidades-jardim. Eles serão mais adiante explicados, bem como a forma como foram combinados e aplicados ao design de Belo Horizonte.

A cultura francesa com inspiração positiva, Beaux-Arts, é vista em muitas cidades americanas do século XVIII ao XX, nas quais foram aplicados conceitos de sanitarismo e embelezamento como forma de entrar na ordem industrial capitalista. Os engenheiros positivistas, prevendo o reordenamento espacial e social, assim como higienização, aplicaram os conceitos dos grands travaux de Haussmann. Assim, as intervenções feitas em Paris tornaram-se um símbolo de modernização para diferentes cidades latino-americanas. "(...) pode-se distinguir ao menos duas ondas consecutivas, porém distintas, de 'haussmannização' na América Latina pós-colonial. A primeira levou à 'sistematização' da estrutura urbana das capitais, tendo lugar basicamente nos limites da era colonial, durante a segunda metade do século XIX. [...] A segunda onda incluiu as reformas urbanas e ampliações das capitais latinas até a 2ª guerra mundial, sempre com algum grau de referência ao modelo haussmanniano. [...] Sintetizando ao mesmo tempo o mito metropolitano importado da Europa em industrialização, o exemplo foi utilizado pelas elites locais para demonstrar a transformação cultural de suas cidades pós-coloniais em cidades burguesas." (Almandoz, 2002 apud Morais, w/d -pp.6)

Os conceitos de Haussmann também incluem ideias de que os planos urbanos devem incorporar "a capacidade científica de por um lado representar a realidade existente e por outro de poder atuar sobre essa realidade corrigindo seus defeitos através dos conceitos higienistas, funcionalistas e de arte urbana" (Ramón Gutiérrez, 2007 apud Morais, w/d-pp.6). No projeto de Haussmann, a salubridade e o tráfego foram os principais eixos das atividades urbanas, vistos na abertura de novas estradas, parques, infra-estruturas sanitárias e reorganização administrativa. Portanto, pode ser visto como "um urbanismo de "reforma interior" que focaliza em quatro elementos fundamentais da cidade: as vias, os espaços públicos, a edificação residencial e os equipamentos institucionais." (Hoyuela Jayo, 2015-pp.17)

O urbanismo barroco começou no século XVII em Roma, desenvolvendo-se com as propostas iluministas do século XVIII, bem como no século XIX sobre a construção de diferentes capitais na Europa: Lisboa, Madri, Valladolid, entre outras. Pode ser definido como "intenção de fazer a aparência prevalecer sobre a realidade, o conjunto sobre o detalhe, e a complexidade sobre a clareza" (Vasconcellos, 2004 apud Hoyuela Jayo, 2015-pp.14). Nesse sentido, Hoyuela Jayo (2015) afirma que o processo de planejamento da cidade é necessário para definir o caráter do espaço público. Belo Horizonte é projetada como uma obra de arte tridimensional, cenário da vida pública. Os eixos barrocos são usados para controlar a perspectiva. "A monumentalidade dos jardins e palácios privados da cidade renascentista vão ser transferidos para os parques e para os equipamentos públicos. (...) O traçado urbano se expressa pela conexão e visibilidade das praças a través dos eixos monumentais, pela regularidade, e pela ordem da morfologia da cidade, do plano. Por isso, os três elementos clássicos barrocos são a linha reta, a perspectiva monumental, e a hierarquia do programa urbano." (Hoyuela Jayo, 2015-pp.14)

O conceito de Cidade Jardim foi cunhado a partir da construção dos parques públicos de Londres, no início do século XIX. O arquiteto inglês John Nash transformou estes espaços de mosteiros expropriados, projetando lagos, pontes, estátuas clássicas e neoclássicas. "Surpresa, pitoresco, pastoral, ruínas, caracterizam os parques e jardins da Inglaterra dessa época" (Hoyuela Jayo, 2015-pp.19). Como resultado, o espaço urbano começa a ser planejado para beneficiar as pessoas. A arquitetura paisagística de Belo Horizonte é aplicada, segundo Hoyuela Jayo (2015), na criação de espaços com significado e importância dentro da cidade.

Figura 7 - Belo Horizonte – Vista do Alto Da Serra Do Curral



Fonte: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/12/08/4-desafios-urban%C3%ADsticos-para-Belo-Horizonte-que-completa-120-anos>

O projeto de Belo Horizonte está inserido na primeira onda de haussmannização, como “expressão do nascente "Estado-nação", se transforma no centro do poder político absoluto.” (Hoyuela Jayo, 2015-pp.14). Os conceitos sanitaristas podem ser vistos na divisão de blocos, bem ordenados em uma malha cartesiana de ruas com perspectiva barroca. Além disso, as grandes avenidas lembram as avenidas francesas. “A proposta urbanística da nova capital procurou viabilizar uma ideologia de cidade que remetia a linearidade, a geometrização, a salubridade, a comodidade, a hierarquização dos espaços e a busca da beleza, aspectos que informaram os projetistas. (...) No entanto, muitas das soluções urbanísticas criadas por Aarão Reis, contraditoriamente, remetiam ao urbanismo barroco” (Arruda, 2012 apud Hoyuela Jayo, 2015-pp.22). As rotatórias verdes, bem como a construção prevista de um enorme parque na margem norte do rio Potomac, são exemplos concretos de conceitos de cidades-jardins.

Figura 8 - Avenida Amazonas (1947) e Avenida Afonso Pena (1930)



Fonte: Archive J. Góes online access [slideshare.net/menotti/lembrando-b-h](https://www.slideshare.net/menotti/lembrando-b-h)

5 REVISÃO CRÍTICA – RUPTURA COM A CULTURA COLONIAL

Segundo Benedito Tadeu de Oliveira (apud Nagem Frade, 2011), a construção de Belo Horizonte foi o evento mais importante da história de Minas Gerais, porque “teve ao mesmo tempo o significado de negar a ordem monárquica e colonial representada por Ouro Preto e de exaltar o espírito republicano, desestimulando os movimentos separatistas e criando assim condições políticas para a integração de suas diversas regiões, a partir de uma nova capital instalada no centro do estado..”(NAGEM FRADE, 2011-pp.18)

Essa ruptura da ordem antiga pode ser vista nos elementos do design da cidade. Por exemplo, as ruas de Belo Horizonte diferem das ruas das cidades coloniais. “A sua supremacia no traçado de Belo Horizonte assinalava um ajuste às novas demandas da vida moderna. Era um indício de um novo padrão de sociabilidade, voltado para o espaço público, cosmopolita e urbano. Também as ruas e avenidas, com suas dimensões monumentais, constituíam verdadeiras artérias, apropriadas ao tráfego, à circulação de mercadorias, da multidão e dos veículos - lugares de trânsito e negócios. A construção da imagem da cidade associada à do movimento frenético e desimpedido de coisas e pessoas.” (Le Vem, 1977 apud Prefeitura do Município de Belo Horizonte, 2014)

O zoneamento proposto por Aarão Reis demonstra a racionalidade da intervenção, a qual “busca harmonia em benefício do progresso social” (Arruda, 2012 apud Hoyuela Jayo, 2015-pp.22). Entretanto, esse tipo de ocupação e a maneira pela qual tem sido apropriada pela população reforça a “hierarquização social e usufruto diferenciado e altamente excludente do espaço citadino” (Arruda, 2012 apud Hoyuela Jayo, 2015-pp.23). Nesse sentido, o plano da cidade concretiza o caráter classicista da ideologia do positivismo presente nos projetos urbanos brasileiros do século XIX.

A lei de construção da nova capital previa que seria reservado espaço para a construção de casas acessíveis para os trabalhadores. No entanto, isso não foi cumprido. É possível supor que os idealizadores da nova capital não imaginassem que o trabalhador permaneceria na cidade após sua construção. Como resultado, a classe trabalhadora estabeleceu-se em áreas rurais, suburbanas e urbanas em condições precárias de favelas durante a construção da cidade. No entanto, quando a construção foi concluída, as classes de alta renda começaram a ocupar as regiões centrais, expulsando os trabalhadores, que não eram mais tolerados. Dessa maneira, a força de trabalho foi considerada temporária e descartável.

Outra evidência do caráter classista desse plano é o rígido desenho que determinou para cada grupo e atividade social sua porção do território. “Aprisionada aos rigores de um plano regido pela autoridade do saber, todo e qualquer desvio dessa ordem original era identificado como caos urbano. Havia uma intencionalidade latente nesse tipo de concepção: impedir qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço. As manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas do território urbano.” (Dutra, 1996-pp.60 apud Prefeitura do Município de Belo Horizonte, 2014).

Adicionalmente, o plano disciplina o comportamento urbano a partir de um layout geométrico. “Para os membros do Estado moderno, nada poderia ser mais atraente do que uma cidade/máquina modelar de disciplina que, ao mesmo tempo revelasse tudo e ensinasse como as relações entre coisas e pessoas devem ser” (Magalhães, 1989-pp.55 apud Prefeitura do Município de Belo Horizonte, 2014)

Além disso, o projeto da prefeitura de Belo Horizonte é um exemplo claro de segregação urbana. Villaça (2001) define este termo como um processo em que diferentes classes sociais tendem a concentrar-se em uma determinada região da cidade. É um processo dialético, em que a segregação de um grupo produz a segregação dos outros. Como outro exemplo, no projeto de Aarão Reis, as ruas da área suburbana não cruzavam a fronteira criada por avenidas

que separavam as duas zonas. Dessa forma, foi uma estratégia de projeto para isolar esta área do centro.

6 CONCLUSÃO

Belo Horizonte foi planejada para ser a nova capital de Minas Gerais, um estado que se desenvolveu devido à mineração. Com a estagnação desta atividade, no cenário da recém-nascida República, o estado precisava de novos meios de desenvolvimento. Portanto, a cidade foi projetada de acordo com os conceitos positivistas de ordem e progresso, com o objetivo de introduzir o país na nova ordem industrial capitalista.

Com uma malha cartesiana e rigorosa disposição geométrica de ruas e avenidas, o projeto da cidade simultaneamente segue princípios de urbanismo haussmanniano, urbanismo barroco e cidades jardim. Sua divisão em zonas e setores não só produziu segregação urbana, mas definiu uma forma clara de comportamento objetivando o progresso social. A ausência de habitações sociais planejadas para a classe trabalhadora ilustra a ideia de que a cidade foi construída para a burguesia. Além disso, o zoneamento, que delimitava atividades por regiões, favoreceu a ocupação das melhores áreas da cidade pelas elites.

Como conclusão, a pretendida ruptura com ordem colonial deu-se apenas em questões estéticas, uma vez que o projeto para a cidade de Belo Horizonte difere claramente da forma mais orgânica e irregular de Ouro Preto. No entanto, a aplicação direta dos conceitos europeus numa sociedade extremamente desigual apenas reforçou esses problemas por meio da segregação urbana.

REFERÊNCIAS

FREITAS, M. A. **A influência Italiana na arquitetura de Belo Horizonte**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/Fivi/815/780>

HOYUELA JAYO, J. A.; BORSAGLI, A.; MESQUITA, Y. 2015. **Paisagem, Memória e Utopia durante o processo de construção da Nova Capital de Minas**. In: 4º Seminário Ibero-Americano: Arquitetura e Documentação.

MORAIS, P. **Trânsitos Na Cidade Moderna Latino-Americana: Uma Possível Aproximação**. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.

NAGEM FRADE, A. M. 2011. **A legislação urbana e a ocupação de Belo Horizonte de 1897 a 2010**. Programa de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. 2014. Anexo IV, Síntese da História de BH: Edital de Concurso Público Nacional de Projeto de Arquitetura para o Centro Administrativo do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/cca_anexo_iv_-_sintese_da_historia_de_bh.pdf>.

VILLAÇA, F. J. M. 2001. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute.